

**ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezanove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Bom dia, deputado Zé Teixeira, que se encontra em plenário virtual na cidade de Dourados. Comunico a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima, conforme CI nº 14/2026, e do deputado Junior Mochi, conforme CI nº 018/2026, na data de 19 de março de 2026, em virtude de agenda externa. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Dezessete da Décima Quinta Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Renato Câmara, Zé Teixeira, Pedro Kemp, Junior Mochi, Antonio Vaz, Caravina e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira e Coronel David. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. Ausência justificada do deputado Lidio Lopes. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 298/2025, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 329/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Pedrossian Neto e Zé Teixeira, endereçada aos familiares de Francisco José de Carvalho Neto; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Maria Creuza do Carmo; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada aos familiares de Otomilton de Jesus Corrêa; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos familiares de Maria Aparecida do Nascimento; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, em reconhecimento à sua eleição para a presidência do Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (Cgibs); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao Lokas Moto Clube (Lokas*

MC), em reconhecimento à sua trajetória, à atuação social continuada e à relevância do motoclubismo feminino no fortalecimento da solidariedade e do engajamento comunitário; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao doutor Sérgio Marcolino Longen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems), pela condução das agendas com o presidente do Paraguai, Santiago Peña, em Assunção, para discutir medidas que possam ampliar os negócios entre Brasil e Paraguai; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao senhor Marcos Sesti, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Bataguassu; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à tenente-coronel QOPM Gabriella Letícia Fernandes de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados à segurança pública e à sociedade sul-mato-grossense, sendo a única mulher comandante de unidade da Polícia Militar no interior do estado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao empresário senhor Marcio Vagner Barrivieira, proprietário da empresa Agrolaço Pet Shop, em reconhecimento à sua relevante atuação social e ao trabalho voluntário desenvolvido em prol da comunidade do Bairro Los Angeles, nesta Capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao empresário Evaldo Abreu Santos, proprietário da empresa Granimar - Mármore e Granitos, em reconhecimento à sua relevante atuação no incentivo e apoio a ações sociais nesta Capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada à soldado BM Bárbara Marinho Azevedo; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada à Associação Fioravantes Futebol Independente (AFFI), por meio de suas representantes, senhora Aline Fioravante e senhora Simone Lemes, extensivo a todas as suas atletas; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Lia Nogueira, Coronel David, Marcio Fernandes, Roberto Hashioka, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Antonio Vaz, Neno Razuk e Gerson Claro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezoito de março do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o nobre deputado Paulo Duarte, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores e senhoras deputadas e todos os presentes a esta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 19 de março de 2026: Notificação nº 10739.2026, do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho 24ª Região – Campo Grande, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3868/2025); Ofício nº 39/2026, do Poder Executivo, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 175/2026); e-mail do Kaio Ramos, respondendo à moção de congratulação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 444/2026). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), solicitando a implantação de um redutor de velocidade em frente à Base da Polícia Militar Rodoviária, localizada na rodovia MS-382, KM 19, no município de Bonito. A presente indicação atende à solicitação encaminhada a este gabinete parlamentar pelo senhor Ronney Laerte. A medida se faz necessária para aumentar a segurança viária no referido trecho, considerando o fluxo constante de veículos em alta velocidade, o que representa risco tanto para os agentes que atuam no posto policial quanto para condutores e pedestres que transitam pela região. A instalação de um redutor de velocidade contribuirá significativamente para a redução da velocidade dos veículos, prevenindo acidentes e proporcionando maior segurança a todos os usuários da via. Diante do exposto, solicito a análise e a adoção das providências cabíveis para a implantação do referido dispositivo de segurança. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), solicitando a realização de Operação Tapa-Buraco na rodovia MS-386, no trecho que liga o município de Iguatemi ao município de Japorã. A presente proposta foi encaminhada a este gabinete, por intermédio do vereador Márcio José de Oliveira, do Republicanos. A atual condição da via apresenta sérios problemas, como buracos, desgaste do pavimento e trechos com comprometimento estrutural, o que tem colocado em risco a segurança dos usuários, além de dificultar o tráfego de veículos leves e pesados. Tal situação impacta diretamente o escoamento da produção local, o transporte escolar e o deslocamento diário da população. Ressaltamos que a demora na execução desse serviço pode agravar ainda mais as condições da estrada, aumentando os riscos de acidentes e os prejuízos à população. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, apresento indicação deste Poder ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando a realização de estudos para a implementação de novas linhas de ônibus na avenida Nova América, localizada no Bairro Loteamento Eparque, na região do Portal Caiobá, nesta Capital. Moradores do Eparque, novo bairro da região do Caiobá, procuraram este gabinete reivindicando a ampliação do atendimento do transporte coletivo na referida avenida. Segundo relatos, os pontos de ônibus concentram-se apenas na rotatória entre a avenida Nova América e a avenida Mário Madeira. Dessa forma, os usuários que residem no sentido oposto precisam percorrer

longas distâncias até suas casas. Apresento, também, uma moção de pesar aos amigos e familiares de Rogério Vitorino Barreto, em razão de seu falecimento ocorrido no dia 17 de março de 2026. Rogério Vitorino Barreto foi um exemplo de superação, dignidade e compromisso com a inclusão social. Mesmo diante das inúmeras dificuldades relacionadas à mobilidade urbana e à ainda insuficiente acessibilidade em nossa cidade, jamais permitiu que tais barreiras limitassem sua participação ativa na sociedade. Presença constante em feiras inclusivas e atividades culturais, demonstrava, na prática, a importância da construção de uma cidade mais justa e acessível para todos. Sempre atento às questões do transporte público, especialmente quanto aos horários de chegada e saída dos ônibus, evidenciava sua preocupação não apenas com a própria realidade, mas com a coletividade. Participante engajado do movimento “Nada Sobre Nós Sem Nós” e das ações da feira inclusiva, era reconhecido por sua postura otimista, pela leveza no trato com as pessoas e pela ausência de julgamentos ou reclamações. Aqueles que tiveram a oportunidade de conviver com Rogério guardam a lembrança de um ser humano generoso, resiliente e inspirador. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores e senhoras assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV ALEMS e Rádio ALEMS. Senhor presidente, trago uma indicação para que seja encaminhado expediente ao superintendente de Políticas Integradas de Proteção da Vida Animal (Suprova), senhor Carlos Eduardo Leite Rodrigues dos Santos, solicitando a inclusão do município de Costa Rica no cronograma da Caravana da Castração, com o objetivo de atender à demanda da população por serviços gratuitos de castração de cães e gatos. Trata-se de solicitação encaminhada pela vereadora professora Evair, do município de Costa Rica. Estive, recentemente, no bairro Tarsila do Amaral, acompanhando uma das ações da Caravana da Castração, em Campo Grande, onde cerca de mil e setecentos animais estão sendo atendidos. Mesmo diante das chuvas registradas nos últimos dias, foi possível observar grande participação da população, com muitos cadastros realizados, o que demonstra a relevância e o alcance desse importante programa. A Caravana da Castração vem desenvolvendo um trabalho exemplar em todo o estado, e, naturalmente, os municípios que não foram contemplados na primeira etapa passaram a pleitear sua inclusão nas próximas fases. Por isso, encaminho este pedido ao superintendente Carlos Eduardo, confiante de que o Governo do Estado dará continuidade e ampliará essa iniciativa, que já ultrapassou a marca de vinte mil castrações e conta, inclusive, com previsão orçamentária para este ano. Ressalte-se que o programa foi idealizado quando eu ainda estava na Secretaria de Estado Governo, com recursos destinados pela senadora Soraia Thronicke. Também quero apresentar uma moção de congratulação à Associação Atlética Bataguassu, em reconhecimento à sua histórica campanha no Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol, que culminou com a classificação para a final da Série A da competição estadual, bem como com o acesso à Série D do Campeonato Brasileiro e à Copa do Brasil. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: “A Assembleia Legislativa do

Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, manifesta os mais elevados votos de congratulações à Associação Atlética Bataguassu, pela vitoriosa trajetória no futebol estadual, que a conduziu à final da Série A do Campeonato Sul-Mato-Grossense de 2026, garantindo vaga na Copa do Brasil e na Série D do Campeonato Brasileiro. Reestruturada em 2025, com o propósito de disputar a Série B do Campeonato Estadual, a agremiação demonstrou, desde seu retorno, organização, competitividade e espírito esportivo, conquistando o título da divisão de acesso já em sua temporada inaugural. Em 2026, já na elite do futebol sul-mato-grossense, a Associação Atlética Bataguassu confirmou sua força e determinação ao alcançar a final da Série A, feito que evidencia o talento de seus atletas e comissão técnica, o comprometimento de sua diretoria e o apoio incondicional da torcida e da população do município. Essa conquista projeta Bataguassu no cenário esportivo estadual e nacional, promovendo o desenvolvimento do esporte e fortalecendo o sentimento de identidade e orgulho da comunidade local. A Assembleia Legislativa celebra este notável feito, destacando a expressiva campanha construída pela Associação Atlética Bataguassu, que, em curto espaço de tempo, alcançou protagonismo no cenário esportivo estadual.” Senhor presidente, esta moção se justifica, especialmente, pela expressiva vitória obtida na semifinal, realizada no município de Naviraí, quando a equipe venceu por 4 a 0, garantindo classificação para a final — um feito inédito para um time reestruturado recentemente. Registro, ainda, o importante apoio do poder público municipal, na pessoa da prefeita Wanderleia Caravina, que viabilizou recursos para o fortalecimento da equipe. Com isso, o clube já assegurou participação em competições nacionais, levando o nome de Bataguassu para todo o Brasil a partir do próximo ano. Trata-se de uma equipe jovem, que agora disputará a final contra o tradicional Operário, de Campo Grande, motivo de grande orgulho para toda a população, que, inclusive, acompanhou a partida em telão instalado em praça pública. Parabenizo a Associação Atlética Bataguassu e toda a população do município por essa conquista histórica. Muito obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Em nome do deputado Caravina e da prefeita Wanderleia, quero parabenizar o feito inédito do time de Bataguassu. Como o Corumbaense, ontem, ficou fora da final — vai o Operário —, inclusive com gol irregular no primeiro jogo, não é? [Fala fora do microfone]. Não, ele não está aqui, por isso estou dizendo, senhor presidente — meu amigo, meu querido presidente. Foi um gol que o árbitro inventou; a barriga acabou virando mão, mas, faz parte. Estou aqui ao lado do meu amigo de longa data, o presidente Nelson. Quero também parabenizar o deputado Caravina: é, de fato, um feito inédito e muito importante para fortalecer o futebol do interior. Tenho certeza de que sua participação foi fundamental nessa conquista. Parabéns a todos, e que tenhamos uma bela final.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Com a palavra, a deputada Professora Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas e público que nos acompanha. Aproveitando o tema do futebol, quero destacar que tenho acompanhado de perto a realidade nas aldeias e posso afirmar que há muitos talentos indígenas sendo revelados. Na aldeia de Dourados, por exemplo, existem mais de dezesseis equipes de futebol feminino, o que demonstra a força e o potencial esportivo dessas comunidades em nosso estado. Mas venho a esta tribuna para apresentar um requerimento de informação ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, ao senhor Guilherme Alcântara, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, solicitando informações detalhadas sobre o início das obras de abastecimento de água na aldeia de Dourados, especialmente na reserva indígena, diante do agravamento dos casos de chikungunya na região. Precisamos saber, de forma clara: qual é a previsão oficial para o início das obras de ampliação ou implantação do sistema de abastecimento de água; qual o cronograma detalhado de execução; quais os motivos para eventual atraso — sejam eles administrativos, orçamentários, técnicos ou ambientais; se há articulação com o município de Dourados e com órgãos federais para viabilizar ou acelerar essas ações; e, ainda, quais mecanismos de fiscalização e acompanhamento estão sendo adotados pelo Estado para garantir o cumprimento dos prazos e a qualidade das obras. Vivemos hoje um surto preocupante de chikungunya nas aldeias de Dourados. Já são mais de trezentos casos notificados, com registro de quatro óbitos. No entanto, há indícios de subnotificação, o que pode indicar um cenário ainda mais grave. Esse quadro está diretamente relacionado à falta de abastecimento regular de água. Em muitas residências, a água não chega, e os moradores precisam armazená-la em recipientes abastecidos por caminhões-pipa. Esses reservatórios, muitas vezes, não possuem vedação adequada, tornando-se criadouros do mosquito transmissor da dengue e da chikungunya — situação já constatada por agentes de endemias. Recordo que, há algum tempo, o vice-governador esteve em Dourados — acompanhado de deputados federais que nunca pisaram na aldeia — anunciando o início dessas obras da Sanesul. No entanto, até o momento, os serviços não foram iniciados. A ausência dessa política pública está colocando vidas em risco. Diante disso, solicitamos urgência no início das obras, considerando que o dinheiro já está na conta. Esperamos, igualmente, que não haja atrasos na execução e nos pagamentos — haja vista que o governador Eduardo Riedel vem atrasando alguns pagamentos —, e nós vamos investigar isso. Assim, formalizamos este requerimento e aguardamos respostas imediatas por parte do Governo do Estado. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente! Quero apenas encaminhar uma indicação. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador do Estado de Mato

Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Rudi Fiorese, solicitando a implantação de retorno para conversão na saída da Estrada da Gameleira (MS-455), para o acesso à BR-060 no sentido Sidrolândia/Aquidauana. A presente proposição decorre da solicitação endereçada ao nosso gabinete pelo senhor Janderson, presidente da Associação de Pequenos Produtores e Amigos da Gameleira, que destaca a urgência e necessidade da implantação do retorno de conversão na saída da estrada da Gameleira (MS-455) para a BR-060. Ante o exposto, a presente indicação justifica-se pelo transtorno que os moradores da região e demais usuários enfrentam ao necessitarem acessar a BR-060 no sentido Sidrolândia/Aquidauana, tendo em vista que o retorno mais próximo se encontra aproximadamente dois quilômetros da saída da estrada da Gameleira, obrigando os condutores a percorrerem uma distância adicional, gerando perda de tempo, aumento de custos com deslocamento e sobretudo riscos à segurança viária. A implantação de um retorno adequado na saída da estrada da Gameleira para o acesso à BR-060 proporcionará maior fluidez no tráfego, além de garantir mais segurança e comodidade aos usuários da via, beneficiando diretamente os pequenos produtores, moradores locais e todos que transitam pela região. Apenas essa indicação nesta manhã, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e também pela TV e Rádio Alems. Eu trago aqui hoje a apresentação de um projeto de lei, neste mês de março, que é o mês da mulher. Mais do que um mês de comemorações, é um mês de reflexão sobre essa escalada da violência que atinge nós, mulheres, não só em Mato Grosso do Sul, mas em nível nacional. Então, nada mais que oportuna a apresentação desse projeto de lei que assegura prioridade na transferência e na matrícula, no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, aos filhos e dependentes de mulheres vítimas de feminicídio, os órfãos da violência contra as mulheres. "Artigo 1º - Fica assegurada prioridade na transferência e na matrícula, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, aos filhos dependentes em idade escolar de mulheres vítimas de feminicídio. A prioridade de que trata esta lei deverá ser garantida, sempre que possível, em unidade escolar próxima ao domicílio do responsável legal, com vistas à preservação da segurança, da continuidade da vida escolar e da estabilidade emocional da criança ou adolescente". Esse projeto tem por objetivo assegurar prioridade na transferência e na matrícula, no âmbito da Rede Estadual de Ensino aos filhos dependentes de mulheres vítimas de feminicídio. Essa proposta parte de uma realidade extremamente dolorosa: quando uma mulher é vítima de feminicídio, seus filhos e dependentes passam a enfrentar não apenas a perda da mãe, mas também mudanças bruscas em toda a estrutura familiar, em toda a sua rotina. Em muitos casos, essas crianças e adolescentes precisam mudar de residência, passar aos cuidados de outros familiares e reorganizar completamente a sua rotina. E, nesse contexto, a garantia de acesso rápido à escola é uma medida de proteção e acolhimento. Também trago aqui hoje ao Parlamento um requerimento que deve ser encaminhado ao senhor governador Eduardo Riedel, ao

senhor Jaime Verruck, secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, e ao senhor Rudel Trindade, diretor-presidente do Detran de Mato Grosso do Sul, solicitando que prestem informações acerca do Programa Voucher Transportador, especialmente quanto aos seguintes pontos: qual o cronograma previsto para as próximas etapas do Programa Voucher Transportador, com a indicação das datas estimadas para abertura de inscrições, seleção e início das execuções do programa? Qual será o quantitativo total de vagas a serem ofertadas nas próximas etapas do Programa Voucher Transportador? Quantas vagas serão destinadas a cada município, com apresentação e distribuição de forma individualizada por localidade, especialmente com relação ao município de Dourados? Qual o critério utilizado para distribuição das vagas entre os municípios? Qual a regra prevista para o remanejamento de vagas não preenchidas entre os municípios, indicando se haverá redistribuição? E quais critérios serão utilizados para essa realocação? Esse requerimento tem por finalidade obter informações claras, objetivas e atualizadas, acerca do Programa Voucher Transportador. Por fim, senhor presidente, também estamos apresentando aqui hoje uma indicação para que haja uma força-tarefa envolvendo a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), o Governo do Estado e a Prefeitura de Dourados, no que diz respeito a essa epidemia que hoje afeta as aldeias Jaguapiru e Bororó, na reserva indígena de Dourados, como bem colocou a deputada Gleice Jane. Lá nós temos vinte mil indígenas de três etnias, e a situação realmente é desumana. Recebemos, ontem, relatos de muitos casos de chikungunya, e esses casos estão se alastrando pelas aldeias. Foi criado um sistema de atendimento na Escola Tengatui Marangatu, mas nós estamos tendo problema em fazer a medicação, principalmente dessas crianças, que são as que mais sofrem — e dos idosos também —, porque não há água tratada. Então, até para administrar essa medicação está sendo complicado. Além disso, há outros problemas sociais que estão sendo apontados. Então, nós estamos fazendo essa indicação, para que haja comprometimento e parceria. Sabemos que a área indígena é de responsabilidade da União, que o indígena é tutelado pela União — é bom que a gente reforce isso, presidente —, mas, como diz o nosso governador Eduardo Riedel: "O Governo do Estado tem feito o seu papel com uma das maiores populações indígenas do país". Então, eu creio que, com essa união de esforços, a gente vai conseguir dar uma resposta à altura a esse problema crônico que estamos vivenciando nas aldeias de Dourados. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 00606/2026, 00605/2026, 00604/2026, 00603/2026). De autoria do deputado Coronel David: duas moções de congratulação (Prot. nºs 00585/2026, 00584/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 00591/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 0587/2026). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 00598/2026). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 0596/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00597/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: um requerimento (Prot. nº 00594/2026); uma projeto de lei (Prot. nº 00586/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de lei (Prot. nº 00579/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: sete indicações (Prot. nºs

00580/2026, 00581/2026, 0583/2026, 0602/2026, 00601/2026, 00600/2026, 00599/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00582/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um requerimento (Prot. nº 00592/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 00592/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: dois requerimentos (Prot. nºs 00595/2026, 00593/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 00590/2026, 0589/2026, 00588/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas parlamentares, venho aqui hoje nessa tribuna trazer um assunto que esta Casa precisa debater e não pode se esquivar. Acho que após fiscalizar o edital e o contrato de publicidade do Governo do Estado, nós estamos observando algumas coisas interessantes e um certo fenômeno que vem se repetindo todos os anos. Eu acho que tem, no mínimo, um "tico" e, no máximo, um "tantão" sendo desviado da verba de publicidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Tem um "tico" ali sendo desviado, com certeza. E digo isso porque se trata de uma verba que visa gastar com a publicidade do estado sem total transparência. Nós ajuizamos uma ação — para que Vossas Excelências saibam — de produção antecipada de provas; e vencemos essa ação, mas o Estado tenta nos impedir de realizar a perícia para verificar o que foi efetivamente prestado do serviço que o Estado pagou, e a quem pagou. Veja, deputado Roberto Hashioka — Vossa Excelência, que presta atenção nesse "tico" que está sendo desviado da verba de publicidade —, nós queremos saber quem são as pessoas que receberam, porque o Estado fala sobre as agências que receberam setenta, cem milhões de reais agora, nessa renovação, mas não diz quem é o veículo que recebeu das agências, e qual é a audiência que cada um desses veículos tem para poder receber esse recurso, ou se o veículo realizou algum tipo de campanha. A lei determina, deputado Roberto Hashioka, que diga qual foi a campanha que recebeu. Então vamos imaginar que você tem um site que colocou um "bannerzinho", ninguém acessou, mas foi remunerado em duzentos mil reais por mês ou por campanha, enfim. Será que isso acontece? Se acontece, tem, no mínimo, um "tico", sendo desviado, senhor presidente e colegas. E digo isso, deputados Pedro Kemp, Neno Razuk e Zeca do PT, porque a verba de publicidade do Estado está sendo subtraída. Nós dissemos que estaríamos presentes agora — peço atenção dos colegas — no sorteio das dezenove pessoas que farão parte da subcomissão que vai avaliar as propostas e decidir qual agência fica com qual parte do dinheiro da licitação. Mas, o engraçado: foi só dizer que nós estaríamos no ato do sorteio, que então ele foi remarcado; foi cancelado. Então, fizemos um requerimento na Governadoria, na Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (Segov), onde foi solicitada a disponibilização de cópia integral das gravações do procedimento licitatório, e — prestem atenção, porque isso é grave — a disponibilização dos registros de vídeo do

sistema de monitoramento da secretaria correspondente ao dia e horário em que os julgadores dessa licitação, essas dezenove pessoas, foram lá para se cadastrar, porque eu queria ver essas pessoas entrando na Governadoria e dizendo: "Oi, vim aqui me cadastrar para julgar um processo licitatório de setenta a cem milhões de reais que será executado". E aí o secretário Frederico ("Tiko") — é tico também — Fukagawa Hozano de Sousa respondeu: "Resta prejudicada, deputado, essa sua solicitação, porque agora nós suspendemos". Ia ser dia 12, agora foi para o dia 29. Mas é interessante: de forma injustificada foi remarcada a data de entrega e de abertura desses envelopes para o dia 15 de abril. Então, como determina o artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, todos os passos devem ser gravados em áudio e vídeo; mas como foi suspenso, ele não teria mais as gravações. Agora o que é interessante, é que eu olhei no Diário, mas não existe a publicação do chamamento público a essas pessoas. Sabem o que aconteceu? Dezenove pessoas se cadastraram na Segov para julgar as agências, que tem secretários funcionando como sócios ocultos, e disseram: "Vou participar e julgar as próprias agências que vão receber cem milhões e vão repassar para veículos — que eu não vou dizer — para onde vão esses recursos de cem milhões". Olha, que interessante. Aí eu fui analisar quais pessoas seriam essas que foram misteriosamente cadastradas e escolhidas. E existe uma relação das pessoas que não têm vínculo e daquelas que têm vínculo com o poder público. Vou analisar para vocês o primeiro: senhor Leandro Peres Mendonça Rogado; sem vínculo, cunhado do Tiko. Por acaso, o Tiko, logo que entrou no Governo — para não dizer concomitantemente — abandonou a própria agência de publicidade. Dizem que tem um "tico" ali também. E eu acho que essa Casa precisa investigar. O próximo: senhor Carlos Henrique, jornalista da Câmara Municipal de Campo Grande, e Robson Del Casale, jornalista, diretor de relações institucionais da Fiems — diretor da Fiems, deputado Zeca do PT —, ex-chefe de gabinete do atual diretor de sustentabilidade da Fiems. Depois: Paola Cardoso Barbosa Saravi, marketing e comunicação do Sebrae. Ok. Aí temos mais quinze pessoas de Detran/MS, Fundetur, Sanesul, Segov, Segov, Segov, UEMS, UEMS, UEMS, UEMS, UEMS, Agems, FMS, FCMS, FCMS. Frederico Felini, secretário executivo de licitações. Senhores, parece que um carro forte do Tiko passou nesses locais e, vejam, quem não tem vínculo com o Estado tem vínculo direto com ele. Tiko, eu só quero que você me dê as imagens desse sorteio público que aconteceu, desse chamamento. Como será que foi feito esse sorteio? Mal-me-quer, bem-me-quer, mal-me-quer, bem-me-quer? Mas você só colocou bem-me-quer, bem-me-quer, bem-me-quer; é assim que é feito? Eu quero a gravação. Não é possível que estejamos vendo cem milhões de reais do Estado serem direcionados, num período de campanha eleitoral, a um monte de sites fajutos recebendo um absurdo. Imprensa de Campo Grande, me ajude! Ministério Público, combata! Nesses últimos anos eu recebi mais de dez processos, mas nós temos total imunidade parlamentar para levantar a voz e combater. Eu estou mostrando: nulidade; são cem milhões de reais que vão ser gastos e não vão mostrar com quem. O que é isso? Onde está o sorteio? Nós temos dois secretários de Estado donos de agências de publicidade. Esses veículos estão produzindo material que, se a pessoa colocasse no seu CPF (pessoa física) contra candidatos, estariam presos. Fazendo montagem... Não é nem propaganda eleitoral antecipada, é ataque eleitoral antecipado, utilizando recurso público; e nós aqui não vamos discutir? Vocês não vão falar nada? O "cara" é cunhado do secretário, do "cara" que paga; e é o "cara" que vai

julgar! Eu quero ver a filmagem que sorteou esse escárnio. O "cara" não tem vergonha na cara! Se o meu cunhado fosse lá para ser o meu julgador, eu diria a ele: "Vai embora agora!" Nós estamos vendo isso: o secretário de Estado de Saúde maltratando o cidadão doente. Eu mandaria ele embora! O secretário de Estado de Fazenda, formado em Comunicação, comunicando mal um programa e, na verdade, extorquindo uma pessoa. Eu mandaria ele embora! O que é isso?! Não têm vergonha?! Dezenove pessoas foram sorteadas para julgar a implementação, o gasto de cem milhões de reais. Agora, vejam vocês: o Governo vai mal, deputado Zeca do PT. Eu vi um vídeo muito assertivo de Vossa Excelência. O dinheiro dos servidores está desaparecendo; dinheiro de sindicato; dinheiro de prefeituras, empresários; e esse contrato de publicidade aumentou 40%. Vocês estão ficando malucos. Está faltando remédio para as pessoas, faltando estrada, faltando qualidade de serviço público, e a publicidade está aumentando 40%, sem nenhuma transparência. E esta Casa vai omitir esse debate? E nós vamos deixar? Está igual o Alexandre de Moraes com o Daniel Vorcaro. Quer dizer, a mulher dele trabalha, julga o "cara", e nós vamos ver isso acontecer aqui com cem milhões? É o mesmo valor do contrato da Viviane Barci dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, com o cunhado julgando! E vocês querem que eu fique quieto?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado, é muito séria essa denúncia que Vossa Excelência faz aqui. O que estranha é a gente não ver o líder do Governo aqui para defendê-lo. Nem o líder, nem o vice-líder do Governo se apresentam aqui para trazer as explicações sobre essas denúncias que são feitas. Eles não estão tendo respostas para dar à população. Essa é uma denúncia séria, grave, e nós estamos aqui aguardando uma posição do Governo, através do seu líder e do vice-líder nesta Casa. Vossa Excelência citou agora os atrasos de repasse para os sindicatos, para a Cassems, para os hospitais do interior do estado, e nós denunciemos aqui o atraso no pagamento dos consignados. Vieram aqui dar uma explicação "furada". Acredito até que o Banco do Brasil fez uma nota encomendada, porque eu tenho uma cópia de um ofício do Fórum dos Servidores, cobrando explicações do Governo sobre o atraso dos consignados, e muitos servidores estavam tendo um desconto a mais no seu pagamento, justamente porque o Governo estava atrasando o repasse dos consignados aos bancos. Então, está faltando aqui uma explicação do Governo, está faltando o líder do Governo nesta Casa apresentar para nós explicações sérias, fundamentadas, sobre essas questões que nós estamos levantando aqui. Parabéns a Vossa Excelência por essa colocação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. O interessante é que essa é uma questão suprapartidária. E nós não vamos discutir. Eu fiz um requerimento — e até agora não entrou na nossa pauta — que, acredito, vai trazer luz, porque quero todos os extratos, comprovantes, ordens de pagamento dos consignados, desde o início do governo Riedel, para que nós possamos analisar. O que é

isso? Apresente os dados, apresente uma nota do banco. O banco foi pressionado a dar aquela nota, sobre o recurso que foi desviado; está "na cara"! O banco disse: "Não tem pendência". Não tem, porque depois da nossa denúncia foram lá e pagaram no final de semana. Safados! Eu quero os comprovantes de pagamentos; o dia que era obrigado a fazer o repasse e o dia que fez. Esse é o nosso requerimento que não entrou na pauta e que o Governo está pedindo para não entrar. Mas não é só isso; são tantos problemas... Estamos falando da publicidade do Governo. Pelo amor de Deus! Nós estamos falando da publicidade que não tem publicidade. Um contrato semelhante ao da Viviane Barsi de Moraes, que o marido dela ia julgar e intervir. E nós temos secretários com ligações diretas. E não temos só isso, temos denúncia do que eles estão fazendo com esses valores: propriedades estão sendo adquiridas, fora e dentro do país. Enquanto a gente não dá transparência devida, eles estão enriquecendo por falta de transparência. Os veículos pequenos, que fazem um trabalho importante, não estão recebendo devidamente. E outra: alguns veículos fajutos, sem audiência, estão recebendo, enquanto jornalistas sérios, que eram investigativos, estão totalmente dependentes de campanha de publicidade, e têm que se calar, senão são chamados lá na Segov, onde o cunhado do secretário vai julgar qual agência vai receber. E duvido se a maior fatia não é para a agência de que ele fazia parte. O que é isso?! Acorda, Mato Grosso do Sul! Vamos discutir isso. Eu quero a gravação desse sorteio. Eu quero ver como foi feito. O sorteio único: de você para mim, de mim para você, de você para mim... Isso é vergonhoso! Então, senhor presidente e colegas, estaremos atentos e acompanharemos, diferentemente do que foi feito no último pleito, onde correu solto, onde havia esse tipo de recurso sendo implementado, enquanto falta remédio, enquanto falta asfalto, enquanto falta estrada, enquanto falta saúde, enquanto mães atípicas de crianças deficientes, especiais, não têm entendimento e vêm a nós pedir ajuda e socorro. Bandidagem! Escárnio! Não vamos permitir isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, o senhor encerrou? Só uma questão de ordem, primeiro, só para questão de Mesa, aqui. Quero saber do senhor se eu posso colocar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — O senhor é o nosso presidente. O senhor não tem a questão de ordem, o senhor tem a ordem da Mesa com Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, como o senhor citou o requerimento... Eu passei para a assessoria, dizendo que Vossa Excelência retirou o requerimento, fez uma alteração no requerimento e o apresentou novamente. Aí eu vou fazer uma pergunta Vossa Excelência: vai ter outra alteração, ou posso pôr na pauta do jeito que está?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — É possível colocá-lo na pauta, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Isso eu faço de acordo com o Regimento; minha relação com o senhor é muito honesta. Se o senhor falar que pode pôr, terça-feira estará na pauta.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, muito me honra. É que a gente faz as constatações. O Regimento diz que em vinte e quatro horas o simples requerimento vem; e eu só ampliei a data, para que a gente possa saber com precisão. Então, Vossa Excelência manda na pauta. Por mim, seria um prazer ver esse requerimento ser debatido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, está liberado o requerimento. Nós vamos colocá-lo na pauta de acordo com a competência exclusiva da Mesa Diretora. Registramos e agradecemos a presença da Evelyn Abelha, nossa presidente do Sisalms, aqui da Assembleia; do Antônio (Tonhão), presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas; do Marcelo Costa, presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Sul; da Aline Krug, é vereadora do município Chapadão do Sul; do advogado doutor Cleidomar, de Alcínópolis, Coxim e norte de Mato Grosso do Sul; e do meu amigo de sempre, deputado querido, Herculano Borges, que agora é vereador no município de Campo Grande, por enquanto, emprestado para a Câmara. Está encerrado o Grande Expediente. Deputado Pedro Kemp, por gentileza, solicito a Vossa Excelência que faça a recomposição do quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, temos dezessete senhores deputados e deputadas presentes, portanto, há quórum para deliberações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberações, passemos à **ORDEM DO DIA**. Convido o meu escrutinador, o deputado Pedro Kemp, a vir à Mesa. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 129/2025. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Educação e Conscientização sobre Segurança Digital para Crianças e Adolescentes, denominada 'Segurança em Rede'". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, primeiro eu quero solicitar o apoio de Vossa Excelência e da Mesa Diretora com relação ao pleito que eu tenho feito aqui nesta Casa sobre a regulamentação da lei sancionada pelo governador, acerca da certificação dos produtos da Agricultura Familiar; são sete requerimentos, sendo que nenhum foi respondido, senhor presidente. Então eu queria pedir a Vossa Excelência e à Mesa que tomassem providências com relação a isso. Vou passar em mãos esses sete

requerimentos pedindo a regulamentação da lei que o governador do estado sancionou, sobre a certificação dos produtos oriundos da Agricultura Familiar. Em segundo lugar, eu gostaria de cumprimentar o Governo do Estado, que resolveu atender um pleito meu, feito dia 24 de agosto de 2023, quando entrei com a indicação nesta Casa, encaminhada ao presidente da república e ao governador do estado, pedindo a implantação de um programa, que na época denominei Brasil Trifásico. O Governo do Estado copiou e está lançando hoje. Eu queria cumprimentar pela sensibilidade e pela humildade de reconhecer que é um bom projeto. O Governo do Estado está lançando o MS Trifásico, que pretende substituir a rede monofásica nos assentamentos da Agricultura Familiar por redes trifásicas, para garantir a tranquilidade no processo que nós estamos criando de agroindustrialização nos assentamentos rurais. São duas questões de ordem que entendo relevantes, assim, vou passar os requerimentos às mãos de Vossa Excelência. Obrigado, presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 129/2025, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. O deputado Renato Câmara está presente no plenário virtual? Não está presente. Projeto de Resolução do deputado Renato Câmara está retirado de pauta. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 280/2025. Autor: deputado Jamilson Name. “Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Expogenética MS e dá outras providências.” A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável por unanimidade ao projeto e à Emenda de Redação 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0280/2025, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação, senhores deputados. Quero agradecer e registrar a presença do presidente da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado, meu amigo Ber. Obrigado pela presença aqui. Meu amigo — e depois ele conheceu o Jamilson —, mas é meu amigo do Taboadão. Encerrada a votação. Consulto o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, trinta e duas indicações e seis moções de congratulação. Em votação. Não havendo oposição, dou por aprovados. Não há moções de pesar. Registro aqui as ausências documentadas dos deputados Lucas de Lima e Junior Mochi, que estão em agenda oficial. Está encerrada a Ordem do Dia.



Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Cancelada hoje uma participação externa. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Não havendo mais oradores inscritos, convoco os senhores deputados para que apresentem os seus relatórios dos projetos nas comissões mérito para a próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, vamos declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado (10h48min).